

## Cenário Político



Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

## Diploma

Depois de regularizar a prestação de contas da campanha, Luís Carlos de Azere-do, o Luís das Remoções, foi oficialmente diplomado ontem como suplente do PP na Câmara. Porém, a posse na cadeira deixada por Carlos Einar de Mello, atualmente na Secretaria de Viação, segue indefinida. Como Luís estava impedido de assumir quando a vaga foi aberta, hoje ela é ocupada pelo advogado Valmir Airon de Oliveira. Na Câmara, há um entendimento de que ele teria de esperar a saída de um segundo vereador, o que não deve ocorrer tão cedo.



## Rapidinhas

\* Insatisfeitos com as perdas nas vendas provocadas pelos feriados do Dia da Reforma, no sábado, e de Finados, na segunda, os lojistas devem estar preparados para o ano que vem. 2016 é bissexto, o que posiciona as efemérides numa segunda e numa quarta.

\* Desta vez, parece que sai a recuperação do telhado do ginásio de esportes da Escola José Pedro Steigleder. A obra deve estar concluída até o começo das aulas, em março do ano que vem. A cobertura foi danificada por um temporal em - acreditem - 2009.

\* Outubro terminou e nada de comecem as melhorias para a instalação das sinaléticas da RSC 287. Por enquanto, o El Niño vem levando a culpa, já que as chuvas impedem as equipes do Daer de começar o serviço.

\* Embora ainda em caráter experimental, as câmeras de segurança estão ajudando a Brigada a identificar bandidos que vêm à cidade cometer seus crimes. Alguém precisa avisá-los que a infância acabou e não são mais bem-vindos.

## Uma questão de (falta) de bom senso

O decreto do prefeito Luiz Américo Aldana, instituindo o recesso de 15 dias nas Escolas Municipais de Educação Infantil a partir do dia 28 de dezembro, está causando enorme polêmica entre pais e educadores. Durante duas semanas, menores de zero a cinco anos não serão recebidos nas "ereches", o que provoca enorme transtorno para as famílias, já que a maioria dos trabalhadores não tira férias especificamente neste período e não terá com quem deixar os seus pimpolhos. A medida também desagradou a muitos funcionários, que já tinham suas férias anuais programadas para outros períodos. Além disso, a decisão foi tomada sem qualquer discussão prévia com os diversos segmentos envolvidos, o que colide frontalmente com o compromisso assumido pelo prefeito na posse, em 25 de maio: o de fazer uma gestão democrática e pautada pelo diálogo.



**Argumentos** - Ainda que muitos argumentem favoros a favor da medida, como a necessidade de higienizar e desinsetizar as escolas, a situação poderia ter sido conduzida de várias outras formas. A limpeza dos prédios e a prevenção às pragas é um processo que, em geral, não dura mais do que dois ou três dias. Por que não em sábado, domingo e segunda-feira, por exemplo?

**Escalas** - Quanto às férias dos servidores, historicamente há escalas de trabalho. Parte da equipe sai em janeiro e a outra em fevereiro. No verão, muitos pais tiram os filhos das Escolas de Educação Infantil para viajar e "curtir" as férias em família. Logo, a clientela diminui e as turmas são agrupadas. Ocorre que nem todos têm o privilégio de sair no verão e, se o decreto for mantido, terão um problema para resolver.

**Cuidados especiais** - O argumento de que alunos do Ensino Fundamental e do Médio também têm férias no verão e devem ser atendidos pelos pais neste período não pode ser usado para justificar o recesso. Cuidar de crianças com mais de seis anos é muito diferente de atender a bebês com um ano ou menos, que requerem cuidados especiais. Avós, tios ou vizinhos nem sempre estão qualificados para a tarefa.

**Essencial** - Os críticos do decreto também observam que a Educação Infantil é muito mais do que o simples acolhimento das crianças, pois existe toda uma atividade voltada à estimulação. Por sua importância, muita gente a coloca no rol dos serviços essenciais.

**Serviço público** - O prefeito Luiz Américo Aldana alega, com certa razão, que a responsabilidade pelos cuidados é dos pais. Mas, com certeza, muitos sequer apelariam para as Eméis se tivessem condições de cuidar dos filhos em tempo integral. Todos pagam por esse serviço público por meio dos impostos que recolhem. Esperam, no mínimo, uma contrapartida razoável.

**Em falta** - No campo político, o decreto é visto, inclusive por assessores próximos ao prefeito, como um equívoco. Abre uma zona de conflito totalmente desnecessária que, mais tarde, pode custar muitos votos. O bom senso, que tem pautado a maioria das ações do governo, neste caso, está em falta.

## Ameaça renovada

No PDT, volta a se falar na expulsão dos vereadores Roberto Braatz e Dorivaldo da Silva por terem votado a favor do Impeachment do ex-prefeito Paulo Azeredo. A legenda pede o momento histórico para se oxigenar e seguirá presa às mesmas âncoras de sempre. Aliás, do ponto de vista político, o processo de expulsão vai dar a ambos uma visibilidade enorme e pode resultar, inclusive, em mais votos. O PDT engatilha a arma e aponta para o próprio pé.

**Boa pergunta** - O que será que rende mais votos: ter sido a favor ou contra a cassação do ex-prefeito Paulo Azeredo?

## Queda na receita

Quem acha que a crise na economia brasileira é uma invenção da oposição para atacar o governo da presidente Dilma deveria prestar mais atenção em alguns indicadores. A redução das atividades de muitas empresas, provocadas pela retração do consumo, vai determinar uma queda de R\$ 3,5 milhões no retorno de ICMS para o Município este ano. A previsão era arrecadar R\$ 52,5 milhões, mas a Secretaria da Fazenda fará festa se, até 31 de dezembro, entrarem R\$ 49 milhões.

**Equilíbrio** - Apesar da queda na arrecadação, o secretário Júlio Hoffmeister, da Fazenda, garante que a Prefeitura não vai atrasar salários e nem pagamentos de fornecedores. As contas estão equilibradas e, ao contrário do que ocorre no Estado e na União, não haverá déficit. "Há pelo menos 25 anos, não temos este tipo de problema", festeja o secretário.

## O curioso conceito de ética dos nossos vereadores

A Câmara aprovou, por sete votos a três, mudanças em seu regimento interno que tiram o vereador Roberto Braatz (PDT) da disputa pela presidência em 2016. A partir de agora, quem, como ele, for punido pelo Conselho de Ética, perde o direito de participar da mesa diretora. O objetivo seria moralizar o parlamento e adaptá-lo à Lei da Ficha Limpa. Sabendo que a decisão já estava tomada, Braatz apresentou uma emenda, estendendo a proibição a colegas que, no popular, são "caloteiros" e têm seus nomes inscritos em cadastros de restrição ao crédito, como SPC e Serasa. Essa sugestão, porém, não passou, sob a alegação de que é inconstitucional.

**Contradições** - Ao discutir o projeto, o vereador Marcos Gehlen (PT) deixou muito claro que as mudanças, na essência, não visam a moralização da casa. Segundo ele, as restrições ao crédito não podem ser incluídas como critério de inelegibilidade porque não estão previstas no âmbito da Lei da Ficha Limpa, que restringe os direitos somente a quem está condenado por improbidade administrativa em segunda instância. De fato, mas lá também não está escrito que vereadores punidos por resoluções internas devem ser impedidos de participar das eleições da mesa. O vereador interpreta a lei apenas pelo ângulo que lhe agrada!

**Resultado** - Então ficou assim: vereador que chama o colega de "psicopata" ou diz que na Câmara ocorrem "palhaçadas" não pode ser presidente. Já aquele que é desonesto, que deve para todo mundo e está mais sujo na praça do que pau de galinheiro, pode. E ainda com a responsabilidade de administrar o milionário orçamento da casa.